



# BARUERI-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SÃO PAULO

AGENTE DE APOIO ESCOLAR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL N° 01/2025**  
**ABERTURA DE INSCRIÇÕES**



**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

**BÔNUS**

ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



# AVISO IMPORTANTE:

## Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

### POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# BARUERI-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SÃO  
PAULO - SP

Agente de Apoio Escolar

**EDITAL Nº 01/2025 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES**

CÓD: SL- 107DZ-25  
7908433288350

## Língua Portuguesa

1. Ortografia e acentuação .....	7
2. Emprego do sinal indicativo de crase.....	12
3. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....	13
4. Relação do texto com seu contexto histórico .....	16
5. Sinonímia e antonímia; Denotação e conotação .....	25
6. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre .....	28
7. Intertextualidade .....	31
8. Figuras de linguagem .....	32
9. Morfossintaxe; VOZES DO VERBO .....	35
10. Elementos estruturais e processos de formação de palavras .....	38
11. Pontuação .....	43
12. Pronomes.....	48
13. Concordância nominal e concordância verbal .....	57
14. Flexão nominal e flexão verbal .....	59
15. Correlação de tempos e modos verbais.....	61
16. Regência nominal e regência verbal .....	67
17. Coordenação e subordinação .....	70
18. Conectivos.....	74
19. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) .....	81

## Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; Potências e raízes .....	89
2. Múltiplos, divisores, números primos.....	101
3. Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo .....	103
4. Razão e proporção: Proporção; Relação entre grandezas.....	108
5. Regra de três simples e regra de três composta .....	109
6. Porcentagem.....	110
7. Juros simples e juros compostos.....	111
8. Equação do 1º grau, equação do 2º grau, sistemas de equações, equações exponenciais e logarítmicas.....	113
9. Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas.....	123
10. Progressões aritméticas e geométricas .....	136
11. Análise combinatória: permutação, arranjo e combinação; Probabilidade .....	138
12. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda); Interpretação e elaboração de tabelas e gráficos .....	142
13. Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas; Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes .....	146
14. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	153



1. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial .....	156
2. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas .....	173

## Conhecimentos Específicos Agente de Apoio Escolar

1. Organização do trabalho nas unidades de educação de ensino fundamental.....	181
2. Ética e cidadania .....	182
3. Boas práticas de atendimento. Atendimento e orientação aos alunos nos espaços e tempos escolares .....	184
4. Controle e movimento dos alunos nas imediações da escola .....	185
5. Planejamento, Plano individual de atendimento e práticas socioeducativas .....	187
6. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária .....	188
7. Noções gerais de higiene .....	191
8. Prevenção de acidentes. Noções de Primeiros Socorros. Normas de segurança.....	192
9. Integração escola x família e comunidade .....	194
10. Educação inclusiva .....	195
11. Combate à discriminação: de gênero, étnica, econômica, de credo .....	201
12. Trabalho em equipe. Relações humanas .....	202
13. Concepções de Educação e Escola .....	203
14. Função social da escola e compromisso social do educador .....	206
15. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando .....	208
16. Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA .....	209
17. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 e alterações): Título I - Disposições Preliminares: Capítulo I - Disposições Gerais; Capítulo II - Da igualdade e da Não Discriminação; Seção Única - Do Atendimento Prioritário; Título II - Dos Direitos Fundamentais: Capítulo IV - Do Direito à Educação .....	248
18. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012 e alterações) .....	252
19. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 277/2011 atualizada .....	253

# LÍNGUA PORTUGUESA

## ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO

### ORTOGRAFIA

A ortografia é o conjunto de normas que regulam a forma correta de escrever as palavras de uma língua, determinando o emprego das letras, dos acentos, do hífen e demais sinais gráficos segundo convenções oficiais. Mais do que um simples código visual, a ortografia é um instrumento de padronização linguística, cuja função é garantir unidade e inteligibilidade entre os falantes do português, independentemente de suas variações regionais. O domínio ortográfico é indispensável, pois representa a adesão à norma-padrão, requisito fundamental para a comunicação formal, a produção de textos oficiais e o uso técnico da língua.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado em 1990 e implementado de forma definitiva no Brasil a partir de 2016, teve como principal objetivo harmonizar a escrita entre as nações que utilizam o português como língua oficial. Esse acordo redefiniu regras de acentuação, emprego do hífen, uso de letras como “k”, “w” e “y”, além de eliminar grafias duplas e simplificar padrões inconsistentes.

Entre os principais eixos de estudo ortográfico, destacam-se as regras ortográficas gerais, que determinam a escrita padrão das palavras, a utilização do hífen, cuja aplicação segue critérios complexos envolvendo prefixos, vogais e consoantes, e o reconhecimento de homônimos e parônimos, fenômenos que exigem atenção especial, pois envolvem palavras de escrita e pronúncia semelhantes, mas de significados distintos. Esses três eixos são complementares: enquanto as regras ortográficas asseguram a correção gráfica, o hífen organiza a junção de elementos vocabulares e os pares homônimos e parônimos previnem ambiguidades semânticas e falhas de interpretação.

Em síntese, compreender ortografia significa compreender a estrutura visível da língua. As regras ortográficas delineiam o modo como as palavras se fixam graficamente; o uso do hífen organiza a relação entre prefixos e radicais; e o estudo de homônimos e parônimos garante precisão lexical e semântica.

#### Regras ortográficas

A primeira dimensão das regras ortográficas envolve o uso correto das letras e dígrafos. O português utiliza o alfabeto latino com 26 letras, após a reintegração das letras *k*, *w* e *y* pelo Acordo Ortográfico. Essas letras, embora raras no vocabulário de origem portuguesa, aparecem em nomes próprios, símbolos e palavras estrangeiras, como em Washington, ketchup, playboy e byroniano. Os dígrafos são combinações de duas letras que representam um único som, também podem ser regidos por regras fixas. São exemplos: **ch** (como em chuva), **lh** (como em filho), **nh** (como em banho), **ss** (como em passo), **rr** (como em carro), **gu** e **qu** seguidos de “e” ou “i”, quando o “u” é pronunciado

aguentar). Saber distinguir dígrafos de encontros consonantais é essencial, pois ambos influenciam a divisão silábica e a grafia correta das palavras.

#### Emprego das consoantes e vogais

As regras ortográficas também determinam a ocorrência de consoantes dobradas e o uso adequado das vogais, especialmente nos casos em que há variação fonética ou etimológica. O português brasileiro tende a evitar consoantes duplas, exceto em palavras que as possuem por razões etimológicas, como *submissão*, *ocasião* e *comissão*. Já em vocábulos como *exceção*, *acessório* e *sucedder*, a duplicação de consoantes é resultado da estrutura do radical latino. É comum que confundam o uso de **ss**, **sc**, **sç** e **xc**, de modo que compreender a origem e a função dessas combinações é fundamental.

Quanto às vogais, deve-se atentar para as variações entre **e** e **i** ou **o** e **u**, que geram erros frequentes na escrita. Exemplos comuns incluem exceção (não “excessão”), pressa (não “preça”), chuva (não “xuva”), pudor (não “podor”). Esses erros não se baseiam em regras de som, mas de convenção, razão pela qual o estudo das palavras irregulares é indispensável.

#### Regras de acentuação gráfica

A acentuação é um dos eixos centrais das regras ortográficas, pois garante a correta pronúncia e a diferenciação entre palavras de significação distinta. O Acordo Ortográfico de 1990 simplificou parte dessas normas, suprimindo o acento em alguns casos e mantendo em outros. Permanecem acentuadas as oxítonas terminadas em *a(s)*, *e(s)*, *o(s)*, *em(ens)* (ex.: café, só, também), as paroxítonas terminadas em ditongos e as proparoxítonas, todas obrigatoriamente acentuadas (ex.: médico, público, lógico), e as paroxítonas terminadas em ditongos (ex.: família, história). Além disso, todas as paroxítonas são acentuadas quando terminadas em: *i(s)*, *us*, *um/uns*, *ã(s)*, *ão(s)*, *r*, *x*, *n*, *l*, *ps*.

▪ **Exemplos:** *táxi*, *bônus*, *álbum*, *órgão*, *imã*, *sótão*, *açúcar*, *tórax*, *hífen*, *fácil*, *códex*.

Foram eliminados, entretanto, o acento diferencial de palavras como “pára” (forma verbal) e “para” (preposição), mantendo-se apenas em casos de ambiguidade real (pôde/pode, pôr/por).

O uso do acento circunflexo também foi reduzido: eliminou-se a duplicação em palavras com vogais idênticas, como “enjoo” (antes enjôo) e “leem” (antes lêem). Já o trema, sinal que indicava a pronúncia do “u” em palavras como *linguiça* e *tranquilo*, foi abolido, sem alteração na pronúncia.

### Emprego de Maiúsculas e Minúsculas

Outra área de destaque nas regras ortográficas é o uso de letras maiúsculas. Segundo a norma-padrão, as maiúsculas devem ser empregadas no início de frases, em nomes próprios de pessoas, entidades, instituições, localidades, festas e documentos oficiais (Brasil, Ministério da Educação, Constituição Federal). Já as minúsculas prevalecem em nomes comuns e adjetivos derivados de gentílicos (brasileiro, português). O uso excessivo de maiúsculas, comum em textos informais, é considerado inadequado em contextos técnicos e administrativos.

Além disso, há casos específicos em que o emprego da maiúscula é facultativo, como em nomes de cursos, disciplinas e cargos quando não acompanhados de nome próprio

▪ **Exemplos:** curso de Direito, professor de História, presidente da República.

### Regras do Emprego do “X” e do “Ch”

O uso de “x” e “ch” é um dos tópicos mais recorrentes em questões de ortografia, pois não existe uma regra única que determine sua aplicação apenas tendências. Palavras de origem indígena ou africana costumam empregar “x” (**ex.**: xará, xangô, xavante); palavras de origem grega ou latina variam conforme a etimologia (**ex.**: tóxico, fixar, mexer). Já “ch” é mais comum em palavras de origem francesa (**ex.**: cheque, chofer) ou portuguesa tradicional (**ex.**: chave, chuva). Em muitos casos, o único modo de dominar a grafia correta é pela memorização sistemática.

#### ► A função social e normativa da ortografia

As regras ortográficas cumprem uma função que ultrapassa a gramática: elas são instrumentos de coesão social e comunicativa. A uniformização da escrita possibilita que documentos oficiais, obras literárias e textos acadêmicos sejam compreendidos por falantes de diferentes regiões e países. Além disso, erros ortográficos podem alterar o sentido de um texto e comprometer a argumentação, motivo pelo qual o treinamento contínuo da escrita correta é indispensável.

#### ► Uso do hífen

O hífen é um sinal gráfico (-) utilizado para unir ou separar elementos dentro da estrutura das palavras, desempenhando uma função essencial na coerência e clareza da escrita. Seu emprego está diretamente relacionado à morfologia do português, pois define como os vocábulos compostos e as formações prefixais devem ser representados. Em textos técnicos, jurídicos e administrativos, o uso correto do hífen é um dos principais indicadores de domínio da norma-padrão. Historicamente, o uso do hífen sempre foi um dos aspectos mais complexos da ortografia portuguesa. Antes do Acordo Ortográfico, as normas eram repletas de casos particulares e inconsistentes. Havia, por exemplo, diferentes regras para palavras com prefixos terminados em vogal (**ex.**: anti-, auto-, extra-) e para compostos formados por justaposição (**ex.**: guarda-chuva, segunda-feira). O novo acordo buscou simplificar esse sistema, priorizando a lógica fonética e morfológica da língua. Assim, o hífen passou a ser usado apenas quando necessário para evitar ambiguidade ou choques de sons iguais, e deixou de ser empregado em situações em que a junção dos elementos não alterava a pronúncia.

### Uso do Hífen com prefixos

Há situações em que o hífen é mantido por razões fonéticas. Assim, prefixos como **sub-**, **sob-** e **mal-** conservam o hífen diante de palavras iniciadas por **b**, **h** ou **r**: *sub-bibliotecário*, *sob-roda*, *mal-humorado*.

O hífen também é obrigatório quando o prefixo termina em consoante e o segundo elemento começa com a mesma consoante: *inter-regional*, *super-resistente*, *hiper-realista*.

Quando as consoantes são diferentes, o hífen não é utilizado: *supermercado*, *intermunicipal*, *hiperativo*.

### Hífen em palavras compostas

O hífen também é empregado em palavras compostas de vocábulos formados pela junção de dois ou mais elementos com sentido próprio. De acordo com o Acordo Ortográfico, mantém-se o hífen quando:

▪ As palavras unidas preservam a noção de unidade semântica, ou seja, formam um significado único.

▪ **Exemplos:** *Guarda-chuva*, *beija-flor*, *segunda-feira*, *arco-íris*, *azul-marinho*, *norte-americano*.

▪ Esses compostos não são uma simples soma de significados, mas uma nova palavra, cuja compreensão depende da junção dos elementos.

▪ As palavras são unidas por iguais de significado oposto ou com repetição sonora:

▪ **Exemplos:** *surdo-mudo*, *norte-sul*, *tic-tac*, *reco-reco*, *pingue-pongue*.

Nesse caso, o hífen marca a simetria entre os termos e garante clareza semântica.

Entretanto, não se usa o hífen em compostos que perderam o sentido de palavra composta e se tornaram uma unidade lexical estável. Por exemplo: *girassol*, *mandachuva*, *paraquedas*, *pontapé*, *paraquedista*. Nesses casos, a língua consolidou o vocábulo como uma única palavra, sem necessidade de separação gráfica.

### Hífen em locuções

O uso do hífen não se aplica a locuções sejam substantivas, adjetivas, verbais ou prepositivas, exceto em casos consagrados pelo uso. Assim, escreve-se: *cão de guarda*, *sala de estar*, *fim de semana*, *ponto de vista*, *cartão de crédito*.

Mas mantém-se o hífen em expressões cristalizadas e de uso tradicional: *à queima-roupa*, *ao deus-dará*, *cor-de-rosa*, *pé-de-moleque*, *água-de-colônia*.

Esses casos são exceções históricas, mantidas pela tradição e pela consagração no uso cotidiano.

### Hífen com prefixos tônicos e prefixos “bem-” e “mal-”

Os prefixos **bem-** e **mal-** seguem regras específicas, uma vez que o hífen, nesses casos, influencia diretamente a pronúncia e o sentido da palavra.

Com o prefixo **bem-**, usa-se o hífen quando o segundo elemento começa por vogal ou “h”.

**Exemplos:** *bem-estar*, *bem-humorado*, *bem-aventurado*.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS; POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves  $\{\}$ . Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo:  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ .

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

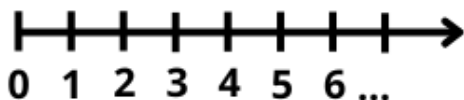
### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



### ► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

#### Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

#### Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

#### Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

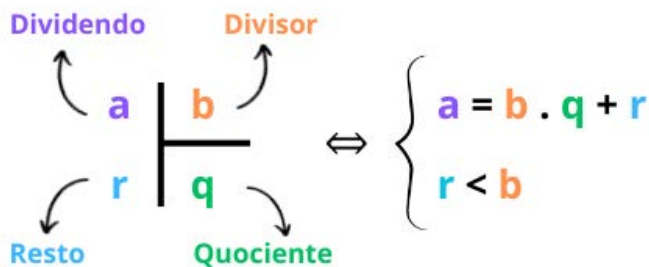
Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "." para indicar a multiplicação.

#### Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.





Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo:  $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo:  $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural  $n$  por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse  $q$ , então poderíamos escrever:  $n \div 0 = q$  e isto significaria que:  $n = 0 \times q = 0$  o que não é correto! Assim, a divisão de  $n$  por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

#### Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo  $a, b$  e  $c$  em  $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:**  $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:**  $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:**  $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:**  $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:**  $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:**  $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:**  $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:**  $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona:  $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona:  $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois:  $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa:  $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa:  $450 \div 25 = 18$ .

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

### O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

A organização do trabalho nas unidades de educação de ensino fundamental é um dos pilares centrais para garantir o direito à educação de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. As escolas de ensino fundamental, enquanto espaços institucionais de formação humana e social, demandam uma estrutura de trabalho bem definida, planejada e continuamente avaliada. O sucesso do processo educativo depende, em grande medida, da atuação coordenada entre os diferentes profissionais da educação, do respeito às diretrizes legais e da existência de mecanismos eficazes de gestão.

Nesse contexto, a organização do trabalho escolar se articula a partir de três dimensões complementares: a administrativa, que cuida dos aspectos burocráticos e legais da instituição; a pedagógica, que abrange o planejamento do ensino e da aprendizagem; e a relacional, que envolve a convivência, o ambiente escolar e o desenvolvimento humano. Cada uma dessas dimensões é essencial e interdependente.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, estabelece os princípios que regem o ensino no Brasil, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino público. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) oferece a base normativa para a organização dos sistemas e instituições de ensino, indicando os parâmetros que devem ser seguidos por estados, municípios e União.

### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES

As unidades de ensino fundamental estão organizadas com base em uma estrutura administrativa que assegura o funcionamento adequado da instituição. Essa estrutura é composta, geralmente, por um corpo gestor formado por diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e equipe de apoio administrativo e técnico. Cada um desses profissionais possui atribuições específicas, definidas por legislações locais (estatutos dos servidores públicos) e normativas educacionais.

O diretor escolar é o principal responsável pela gestão da escola, com funções que envolvem a administração de recursos financeiros, materiais e humanos. Ele também representa a unidade perante a comunidade escolar e as autoridades

O coordenador pedagógico atua no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a formação continuada dos professores e apoiando o planejamento pedagógico. Já o secretário escolar lida com toda a documentação e registros da vida escolar dos alunos e dos profissionais.

Além da equipe gestora, a estrutura administrativa inclui o Conselho Escolar, uma instância colegiada que representa a comunidade escolar e tem papel consultivo, deliberativo e fiscalizador. Composto por representantes de professores, pais, alunos, funcionários e direção, o Conselho é um instrumento importante da gestão democrática, prevista no artigo 14 da LDB.

No nível superior, a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação coordena o sistema de ensino, garantindo suporte técnico e financeiro às escolas. Já o Ministério da Educação, por meio de suas secretarias e órgãos vinculados, define diretrizes nacionais, como as da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e acompanha os planos de educação.

### ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

A organização pedagógica é o núcleo da ação educativa nas escolas. Ela se materializa por meio de instrumentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o currículo escolar, os planos de ensino e os procedimentos de avaliação da aprendizagem. Cada um desses elementos possui uma função específica na promoção de uma educação de qualidade.

O PPP é o documento que expressa a identidade da escola. Elaborado de forma participativa por toda a comunidade escolar, ele define as diretrizes, metas e ações que nortearão o trabalho educativo. Deve estar alinhado à realidade local e às diretrizes das políticas públicas educacionais. Sua construção deve considerar os princípios da gestão democrática, da inclusão, da equidade e da participação social.

O planejamento pedagógico, por sua vez, organiza o tempo e o conteúdo do ensino. Ele pode ser anual, bimestral ou semanal, e deve contemplar os objetivos de aprendizagem da BNCC. A Base estabelece as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, sendo obrigatória em todo o território nacional.

Já a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, formativo e diagnóstico. Ela serve para verificar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e redirecionar as estratégias pedagógicas. A LDB (art. 24, V) determina que a verificação do rendimento escolar deve observar critérios como a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

## REGIME DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A organização do trabalho nas escolas também envolve a definição clara das jornadas e regimes de trabalho dos profissionais da educação. A atuação desses profissionais é regulada por legislações específicas, tanto no regime estatutário quanto no celetista, a depender do ente federativo e do tipo de vínculo funcional.

No caso dos professores da rede pública, a jornada de trabalho é estabelecida pelas legislações locais, mas deve observar a regra prevista no artigo 2º da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional), que determina que 1/3 da carga horária seja destinado às atividades extraclasse, como planejamento, correção de avaliações, formação e reuniões pedagógicas. Esse tempo é conhecido como hora-atividade.

A distinção entre hora-aula e hora-relógio também é relevante. Em muitos sistemas de ensino, a hora-aula corresponde a 50 minutos, enquanto a hora-relógio refere-se aos 60 minutos. Essa diferença impacta diretamente na organização da jornada semanal dos docentes.

Além da jornada, os profissionais têm direito a licenças (médica, maternidade/paternidade, para capacitação) e afastamentos legais previstos nos estatutos e legislações trabalhistas. A valorização do magistério também passa pelo cumprimento desses direitos e pela oferta de condições dignas de trabalho.

## LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES OFICIAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

A organização do trabalho nas unidades escolares deve respeitar uma série de normas legais que compõem o arcabouço jurídico da educação brasileira. A Constituição Federal, em seu artigo 205, define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

O artigo 206 traz princípios como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais da educação escolar e a gestão democrática do ensino público. A Lei nº 9.394/96 (LDB) regula o sistema educacional nacional e organiza a educação básica em níveis e modalidades, incluindo o ensino fundamental como etapa obrigatória e gratuita.

Outro instrumento essencial é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira até 2024, incluindo a ampliação da jornada escolar, a valorização docente e a melhoria da infraestrutura escolar.

Além disso, há normativas específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC), como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a BNCC, que devem ser obrigatoriamente seguidas pelas escolas públicas e privadas.

## ÉTICA E CIDADANIA

### ► Conceito de ética

A palavra ética vem do grego *ethos*, que significa “modo de ser” ou “caráter”. Desde a Antiguidade, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles discutem a importância da ética como base para a vida em comunidade e para o aperfeiçoamento do indivíduo. Enquanto a moral diz respeito a um conjunto de normas, regras e valores compartilhados por uma sociedade, a ética é o campo que questiona e analisa criticamente esses valores. Ou seja, a ética nos permite avaliar se uma determinada conduta moral realmente promove o bem comum e a dignidade humana.

### ► A ética no cotidiano

A presença da ética nas ações do dia a dia é mais comum do que parece. Cada vez que alguém decide devolver um objeto perdido, respeita o espaço do outro, cumpre horários ou evita passar à frente em uma fila, está colocando em prática princípios éticos como honestidade, respeito e justiça. Não se trata de seguir regras por obrigação, mas de agir com consciência e responsabilidade, pensando no impacto que nossas ações têm sobre os outros.

Em casa, no trabalho, na escola ou no convívio social, os dilemas éticos estão sempre presentes. Por exemplo:

- Um estudante colar ou não em uma prova envolve uma decisão ética sobre honestidade.
- Um funcionário denunciar ou não uma irregularidade no ambiente de trabalho pode tocar questões de coragem e integridade.
- Escolher não disseminar fake news nas redes sociais está ligado ao compromisso com a verdade e com o bem-estar coletivo.

### ► Ética e convivência social

Viver em sociedade exige a convivência com pessoas diferentes, com valores, culturas e pontos de vista diversos. A ética serve como uma bússola para essa convivência, pois promove o respeito mútuo, a tolerância e o diálogo. Ela nos ajuda a equilibrar nossos interesses individuais com as necessidades do coletivo, evitando conflitos e promovendo a harmonia social.

A ética também atua como um freio para comportamentos egoístas e discriminatórios. Ao refletir sobre nossas atitudes, nos tornamos mais conscientes de nossas responsabilidades sociais, compreendendo que nossas ações não afetam apenas a nós mesmos, mas também o ambiente em que estamos inseridos.

### ► A importância da formação ética

É fundamental que a ética seja cultivada desde cedo, por meio da educação familiar e escolar. Uma formação ética sólida contribui para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões responsáveis e de agir com empatia e solidariedade. No entanto, a ética não se aprende apenas nos livros: ela é vivenciada no exemplo, no diálogo e nas relações diárias.





# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**